
POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE PARA A POPULAÇÃO IDOSA: revisão
integrativa**PUBLIC HEALTH POLICIES FOR THE AGING POPULATION:** integrative review**POLÍTICAS PÚBLICAS DE SALUD PARA LA POBLACIÓN MAYOR:** revisión
integradoraThayanne Pereira Neres¹

Centro Universitário UNDB, São Luís, MA, Brasil

Maria Erivânia Alves de Araújo²

Centro Universitário UNDB, São Luís, MA, Brasil

RESUMO

A população idosa tem aumentado tornando-se uma preocupação devido as limitações físicas e cognitivas que gera declínio da capacidade funcional e afeta a realização de atividades básicas da vida diária, diminuindo a autonomia e independência, tornando-a menos participativa nos cuidados da própria saúde e na sociedade. Diante disso, as políticas de saúde e os programas de envelhecimento ativo buscam preservar a independência, autonomia e prevenir doenças, pois, geram impactos econômicos para as famílias, para o Estado e aos sistemas de saúde. Este estudo tem como objetivo contextualizar as políticas públicas de saúde existentes para os idosos referentes ao envelhecimento ativo e saudável. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura científica, utilizando as bases de dados SciELO e BVS, com seleção de artigos com ano de publicação entre 2018 e 2022. A busca ocorreu no período de abril e maio de 2023. As políticas públicas através de suas diretrizes asseguram direitos para manter a autonomia e independência do idoso, além de diminuir a necessidade de cuidados familiares e a demanda de serviços de saúde, gerando mais qualidade de vida e bem-estar. Conclui-se que a elaboração das

¹ Graduada em Fisioterapia pelo Centro Universitário UNDB. Email: thayanneneres21@gmail.com

² Mestre em Ciência da Motricidade Humana. Docente do Centro Universitário UNDB. Email: erivania_70@hotmail.com

políticas públicas trouxe benefícios para as famílias, a sociedade e para o Estado. Manter a independência e autonomia do idoso reflete em menor gasto com serviços de saúde, diminuição dos cuidados familiares, melhora no bem-estar, qualidade de vida, e o mantém ativo em sociedade.

Palavras-chave: Política pública. Envelhecimento. Promoção da saúde.

ABSTRACT

The elderly population has increased becoming a concern due to physical and cognitive limitations that generate decline in functional capacity and affect the performance of basic activities of daily living, reducing autonomy and independence, making it less participatory in the care of their own health and society. Therefore, health policies and active aging programs seek to preserve independence, autonomy, and to prevent diseases, since they generate economic impacts for families, for the State, and for health systems. This study aims to contextualize the existing public health policies for the elderly regarding active and healthy aging. This is an integrative review of scientific literature, using the SciELO and BVS databases, with selection of articles with year of publication between 2018 and 2022, the search occurred in the period April and May 2023. The public policies through its guidelines ensure rights to maintain the autonomy and independence of the elderly, in addition to reducing the need for family care and the demand for health services (reducing financial costs), generates more quality of life and well-being. It is concluded that the elaboration of public policies has brought benefits to families, society and the State. Maintaining the independence and autonomy of the elderly reflects in lower spending on health services, reduced family care, improved well-being, quality of life, and keeps them active in society.

Keywords: Public Policy. Aging. Health promotion.

RESUMEN

La población de edad avanzada ha aumentado, convirtiéndose en una preocupación

por las limitaciones físicas y cognitivas que generan una disminución de la capacidad funcional y afectan el desempeño de las actividades básicas de la vida diaria, reduciendo la autonomía e independencia, haciéndolos menos participativos en el cuidado de su propia salud y en sociedad. Ante esto, las políticas de salud y los programas de envejecimiento activo buscan preservar la independencia, la autonomía y prevenir enfermedades, ya que generan impactos económicos para las familias, el Estado y los sistemas de salud. Este estudio tiene como objetivo contextualizar las políticas públicas de salud para las personas mayores existentes en materia de envejecimiento activo y saludable. Se trata de una revisión integradora de la literatura científica, utilizando las bases de datos SciELO y BVS, con una selección de artículos con años de publicación entre 2018 y 2022. La búsqueda se realizó entre abril y mayo de 2023. Las políticas públicas a través de sus lineamientos garantizan los derechos a mantener la autonomía e independencia de las personas mayores, además de reducir la necesidad de cuidados familiares y la demanda de servicios de salud, generando más calidad de vida y bienestar. Se concluye que la elaboración de políticas públicas trajo beneficios a las familias, la sociedad y el Estado. Mantener la independencia y autonomía de las personas mayores refleja un menor gasto en servicios de salud, una reducción de la atención familiar, una mejora del bienestar y la calidad de vida y los mantiene activos en la sociedad.

Palabras clave: Política pública. Envejecimiento. Promoción de la salud.

1 INTRODUÇÃO

A definição de idoso de acordo com a legislação brasileira é a pessoa que tenha 60 anos ou mais de idade e que sofre alterações funcionais, morfológicas, bioquímicas e psicológicas que geram mais vulnerabilidade no indivíduo, declínio funcional, maior risco de quedas, além de favorecer a manifestação de patologias, aumentando o risco de morte (FERREIRA *et al.*, 2012).

A população idosa brasileira tem aumentado de forma acelerada e intensa; se antes o país se mostrava com uma sociedade majoritariamente jovem, no cenário atual, observa-se uma predominância de pessoas idosas. Essa transição demográfica foi resultado de melhores condições de vida e saneamento básico, quedas nas taxas

de natalidade e mortalidade, acesso a serviços de saúde, recebendo influência também de fatores educacionais e econômicos (MIRANDA; MENDES; SILVA, 2016).

Contudo, o envelhecimento gera limitações físicas e cognitivas que interfere no declínio gradual da capacidade funcional e afeta a capacidade de realizar as Atividades Básicas da Vida Diária (ABVD's), tendo como consequência a diminuição da autonomia e levando a dependência, tornando o idoso menos participativo nos cuidados da própria saúde e na sociedade. Nesse contexto, as políticas de saúde e os programas de envelhecimento ativo são pertinentes para preservar a independência e autonomia à medida que envelhecem, além de prevenir/retardar as doenças crônicas, visto que, geram impactos econômicos para as famílias, para o Estado e para os sistemas de saúde tornando-se uma preocupação (FERREIRA *et al.*, 2012).

De acordo com Vera e Oliveira (2018), o envelhecimento da população começa a enfrentar problemas quando as políticas públicas de saúde não conseguem atender adequadamente as necessidades desse público, isso porque o idoso precisa de mais serviços de saúde, tem maior frequência e duração de internações hospitalares, carece de mais medicações e exames periódicos, repercutindo na família, no Estado e na sociedade.

Ainda que o crescimento da população idosa seja uma grande conquista do século XX, por outro lado, se tornou um desafio atual a ser enfrentado, visto que requer a implementação de políticas públicas, ações de prevenção e novas formas de cuidado conforme as necessidades específicas para promover o envelhecimento ativo e saudável (JARDIM; MEDEIROS; BRITO, 2006).

Desse modo, questiona-se, quais as políticas públicas voltadas para a população idosa que contemplem ações que promovam um envelhecimento ativo e saudável?

Essa pesquisa tem como objetivo contextualizar as políticas públicas de saúde existentes para os idosos referentes ao envelhecimento ativo e saudável, e tem como objetivos específicos: descrever as características clínicas do envelhecimento; enumerar as políticas públicas para idosos; relatar ações de promoção a saúde propostas pelas políticas públicas.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Características do envelhecimento

No Brasil, o perfil epidemiológico do idoso apresenta grande predominância nas doenças crônicas e múltiplas com alta morbimortalidade, como doenças cardiovasculares, doenças respiratórias, hipertensão, diabetes, neoplasias, doenças musculoesqueléticas e doenças mentais (WORLD REALTH ORGANIZATION, 2005).

Segundo Louvison e Barros (2009), entre as comorbidades crônicas dessa população a hipertensão arterial é a mais prevalente, considerando que predomina em mais da metade dos idosos, sendo um problema para os serviços de saúde, visto que demandam de maior utilização destes, principalmente na rede hospitalar.

Para Juchem, Daltoso e Carniel (2016), o envelhecimento pode ser considerado fisiológico (senescência), quando ocorre modificações fisiológicas e inevitáveis no indivíduo, como aparecimento de rugas, manchas na pele, diminuição do peso e estatura, da força e do tônus muscular, entre outros, podendo ser acentuadas devido ao estilo de vida adotado pelo indivíduo, e o envelhecimento patológico (senilidade), quando surge uma doença física ou mental, como cardiopatias, depressão, Alzheimer, etc., necessitando de tratamentos específicos.

2.1.1 Expectativa de vida da pessoa idosa

Castro *et al.* (2018), pontua o estilo de vida (obesidade e sedentarismo), fatores ambientais como condições de moradia, herança genética e o acesso ao serviço de saúde qualificado como fatores relacionados a expectativa de vida e longevidade de uma pessoa, também recebendo influência dos fatores sócio demográficos e econômicos.

Nesse contexto, ressalta-se que a expectativa de vida sofre significativa influência regional e econômica visto que nos países mais desenvolvidos a expectativa de vida ao nascer é maior quando comparado aos países menos desenvolvidos, assim como o número de idosos é maior em países desenvolvidos que em países menos desenvolvidos, outrossim ocorre nos países de alta e baixa renda na questão da expectativa de vida saudável da população, nos países de baixa

renda há um aumento dos riscos de desenvolver doenças crônicas e incapacidades, enquanto nos países de alta renda há uma diminuição desses fatores (BRASIL, 2015).

2.2 Envelhecimento ativo

De acordo com Miranda, Mendes e Silva (2016), um dos grandes desafios do envelhecimento da população é assegurar que os idosos alcancem seu potencial para reduzir as alterações econômicas, no mercado de trabalho, nos sistemas de saúde e nas relações familiares, sendo essenciais para a estrutura da sociedade. A Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) estima que no ano de 2030, 1 em cada 6 pessoas terá 60 anos ou mais.

O envelhecimento ativo, termo criado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), tem como objetivo aumentar a expectativa de uma vida saudável, além de melhorar a qualidade de vida através da inserção dos idosos nas sociedades, com independência, autonomia, como também cuidados adequados, preservando o bem-estar físico, social e mental ao longo da vida (ASSIS, 2005).

Um dos meios de garantir o envelhecimento ativo e saudável é através da prática de atividades físicas que traz resultados positivos na melhora da qualidade de vida, pois, tem como benefícios o ganho de autonomia, melhora na capacidade funcional, diminuição dos riscos de desenvolver doenças cardiovasculares, depressão, ansiedade, diabetes e reduz a pressão arterial (SILVA; QUEIROZ, 2018).

Entretanto, é importante frisar que não se limita a capacidade física e manter-se ativo na força de trabalho, mas, participar das questões sociais, civis, econômicas e culturais para que haja fortalecimento no vínculo familiar, social e de lazer, por isso, é interessante que os programas de saúde para a terceira idade promovam saúde mental e relações sociais além de melhorar o condicionamento físico (FERREIRA *et al.*, 2012).

2.3 Políticas públicas de saúde para a pessoa idosa

As políticas de saúde voltadas aos idosos se tornaram necessárias para atender as suas necessidades haja vista as transformações da sociedade pelo crescente aumento desse público e os problemas de saúde advindos do processo de

envelhecimento, procurando mais pelos serviços de saúde e usufruindo mais da seguridade social (LOUVISON, BARROS, 2009).

Apesar do Brasil ter iniciado políticas voltadas para esse grupo nos anos 70, somente em 1994 foi intitulada uma política nacional visando a promoção a saúde, prevenção de doenças, garantia dos direitos humanos e criação de benefícios, se organizando até os dias atuais para atender as demandas dessa população e seus problemas sociais em diferentes regiões (FERNANDES, SOARES, 2012).

Nesse cenário, a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (PNSPI) em conjunto com a regulamentação do Sistema Único de Saúde (SUS) garante acesso universal a ações de prevenção, promoção e recuperação da saúde e integralidade na assistência para atender as diferentes necessidades da população “[...] assegura direitos sociais à pessoa idosa, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade e reafirmando o direito à saúde nos diversos níveis de atendimento do SUS [...]” (BRASIL, 2006).

A política nacional do idoso, lei N 8.842, de 4 de janeiro de 1994 também determina que “[...] a família, a sociedade e o estado têm o dever de assegurar ao idoso todos os direitos da cidadania, garantindo sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem-estar e o direito à vida”. Além disso, suas diretrizes constituem “participação do idoso, através de suas organizações representativas, na formulação, implementação e avaliação das políticas, planos, programas e projetos a serem desenvolvidos”.

Sob a mesma lei, Artigo 10, quanto as obrigações dos órgãos e entidades públicas conforme a Política Nacional do Idoso na área da saúde deve “garantir ao idoso a assistência à saúde nos diversos níveis de atendimento do Sistema Único de Saúde; prevenir, promover, proteger e recuperar a saúde do idoso, mediante programas e medidas profiláticas [...]”.

Ademais, para garantir a pessoa idosa proteção a vida e a sua saúde conforme a execução das políticas públicas foi criado o Estatuto do Idoso, Lei Nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, “destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos”, logo, os direitos assegurados por lei e outros meios relacionam-se a preservação da saúde física e mental, aperfeiçoamento espiritual, intelectual, moral e social, além de condições de liberdade e dignidade (BRASIL, 2013).

2.4 Promoção a saúde do idoso

Segundo Fernandes e Soares (2012), a promoção a saúde do idoso através da atenção primária a saúde favorece o bem-estar do mesmo. Para isso, a intervenção do profissional precisa ter um olhar voltado a sua funcionalidade e não apenas a prevenção de patologias e agravos, mas também, dar atenção à saúde física e mental, independência financeira, autonomia, capacidade funcional e suporte social.

Conforme Toldrá *et al.* (2014), é possível evitar as doenças crônicas que advêm do envelhecimento e diminuem a capacidade funcional e autonomia com medidas preventivas, redução de fatores de risco e aquisição de hábitos alimentares e comportamentais saudáveis para proporcionar um envelhecimento com maior qualidade. A OPAS criou um programa com objetivo de otimizar o bem-estar físico e mental e melhorar a qualidade de vida desse grupo para evitar uma crise de saúde e de assistência social, tendo como linhas de ação promover políticas públicas, alinhar os sistemas de saúde para atender as necessidades dos idosos, desenvolver sistemas equitativos para prestação de cuidados a longo prazo, melhorar o monitoramento e a pesquisa sobre envelhecimento.

Para Silva *et al.* (2014), qualquer programa de exercícios físicos traz benefícios para os idosos, observa-se maior qualidade de vida devido a manutenção da capacidade funcional e independência para realizar as ABVD, prevenção e controle das doenças crônicas, redução da gordura corporal, manutenção da força muscular sendo importante para a realização das tarefas diárias e conservação da capacidade de trabalho, e, quando realizados em grupo apresentam resultados psicossociais positivos, melhorando as relações sociais, diminuindo o isolamento social, melhorando o humor, reduzindo a ansiedade e estresse, melhorando a autoestima e autoconfiança.

3 METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura científica, utilizando as bases de dados Scientific Eletronic Library Online (SciELO) e Biblioteca Virtual em

Saúde (BVS), com os seguintes descritores: política pública, envelhecimento, promoção da saúde, com aplicação do operador booleano *and*, com data de publicação entre 2018 e 2022, a busca ocorreu entre os meses de abril e maio de 2023.

Após leitura dos títulos e resumos dos artigos foram excluídos aqueles que não abordassem as políticas públicas para a população idosa, dessa forma, foram selecionados 7 artigos que se encaixavam no objetivo desta pesquisa. 6 dos artigos selecionados para discussão discorrem sobre políticas públicas brasileiras, e apenas 1 sobre políticas públicas nos demais países da América Latina.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Observou-se que dos 7 artigos analisados 3 citam dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) quanto ao aumento da população idosa nos próximos anos e como essa mudança estrutural do país é baseado nas necessidades de cuidados dessa população carece da implementação e avaliação das políticas públicas. Além disso, 2 dos artigos dissertam sobre a heterogeneidade da velhice, cada idoso com sua particularidade e necessidade, assim, as políticas públicas devem analisar tal fator para que se torne mais integralizada.

Quanto ao contexto histórico e político das políticas públicas todos os artigos citaram a Política Nacional do Idoso como uma grande conquista dessa população, visto que assegura direitos sociais e direitos a saúde, promovendo melhor qualidade de vida aos mesmos. Em relação aos benefícios das políticas públicas, em todos os artigos, observou-se que deve manter a autonomia e independência do idoso, para além de diminuir a necessidade de cuidados familiares e a demanda de serviços de saúde (diminuindo custos financeiros), gera mais qualidade de vida e bem-estar para eles.

Entre outros achados, nota-se que alguns artigos evidenciam que a transição demográfica do aumento do número de idosos e diminuição do número de jovens no Brasil ocorreu devido a melhores condições de saúde (com ênfase em ações preventivas e não somente curativas), melhores condições sanitárias, avanço da tecnologia, e diminuição das taxas de natalidade e mortalidade. Ademais, é

importante destacar a feminilização da velhice, ou seja, há muito mais mulheres idosas do que homens.

No que diz respeito a prevalência de doenças crônicas população, 2 artigos citam a hipertensão arterial como uma comorbidade que aflige mais da metade dessa população. Os demais autores citam que essas patologias que perduram por toda a vida tendem a diminuir a autonomia do idoso levando-o a depender de cuidados, desse modo, estratégias e políticas devem se direcionar a atender melhor essa população garantindo a integralidade no cuidado.

Quadro 1 - Resultados da pesquisa (Autores e ano de publicação, título do artigo, tipo de estudo, objetivo e principais resultados).

RESULTADOS DA PESQUISA				
Autores e ano de publicação	Título do artigo	Tipo de estudo	Objetivo	Principais resultados
Almeida (2021)	A importância de políticas públicas voltadas para a população da terceira idade no Brasil: discutindo as tensões e potencialidades do século XXI	Revisão bibliográfica	Refletir sobre a questão do envelhecimento e as políticas públicas no Brasil	O Brasil avançou significativamente na implementação de políticas públicas que respondam a demanda e as necessidades dos idosos, considerando-os como sujeitos de direitos
Pinheiro e Areosa (2018)	A importância de políticas públicas para idosos	Revisão bibliográfica da literatura	Pensar os idosos na contemporaneidade	É importante pensar as políticas públicas para os idosos de forma a garantir seus direitos em sociedade, atendendo as necessidades e demandas, assegurando que

				direitos básicos sejam atendidos
Rocha (2019)	A importância das condições socioeconômicas na elaboração de políticas públicas voltadas à saúde do idoso	Análise documental	Refletir sobre a importância de pensar as diferentes condições socioeconômicas da população brasileira na formulação de políticas públicas referente a saúde do idoso	A participação social na terceira idade é fundamental para a saúde, mas, sendo o processo de envelhecer variável, as ações só se dão em forma efetiva se estás levam em conta seus mais diferentes aspectos
Souza (2022)	Impactos das políticas públicas de saúde para os idosos no Brasil	Revisão bibliográfica da literatura	Demonstrar de que forma as políticas públicas de saúde, elaboradas pelo governo federal, em consonância com os estados e municípios, tem acompanhado o envelhecimento da população	Há modelos inovadores para a atenção integral aos idosos nos cuidados a longo prazo, e, um dos desafios para adequação, implementação e manutenção das estratégias de atenção integral para idosos consistem em incluir a discussão sobre envelhecimento da população brasileira nas agendas das políticas públicas
Souza et al. (2021)	Políticas públicas para a saúde do idoso no Brasil: Revisão integrativa	Revisão bibliográfica	Analisar a configuração que a política de saúde tem implementado ações e programas dirigidos a	Ressalta-se dificuldade na aplicação das medidas preconizadas nas políticas

			população idosa no Brasil	públicas para a saúde dos idosos devido a deficiência de conhecimento pelos profissionais de saúde
Torres et al. (2020)	Evolução das políticas públicas para a saúde do idoso no contexto do Sistema Único de Saúde	Estudo descritivo	Apresentar uma reflexão acerca da trajetória do desenvolvimento da política pública de saúde voltada para o idoso, desde a implementação do SUS até os dias atuais	Sem ações intersetoriais compreendendo serviços de diferentes densidades tecnológicas e com total integração com as redes de suporte social formal e informal, não será possível dar conta do desafio colocado pela transição demográfica
Trintinaglia ; Bonamigo; Azambuja (2021)	Políticas públicas de saúde para o envelhecimento saudável na América Latina: uma revisão integrativa	Revisão integrativa da literatura	Contextualizar as políticas públicas para o envelhecimento saudável na América Latina, a partir da análise da produção científica no tema	A transição demográfica vivenciada nos países do estudo sinaliza uma preocupação diante das futuras demandas necessárias à assistência da população idosa

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Pinheiro e Areosa (2018), afirmam que houve um aumento da população idosa devido melhores condições de saúde e avanços da tecnologia, entretanto, ainda há necessidade de repensar nas questões sociais para atender as suas necessidades e garantir seus direitos. Em países desenvolvidos ocorreu um aumento da expectativa

de vida em virtude de melhores condições de saúde e saneamento, já em outros países o fator relevante para o aumento dessa expectativa de vida foi o avanço tecnológico da medicina (SOUZA, 2022 apud LIMA, 2010). Em conformidade a essa concepção, para Rocha (2019), o aumento da expectativa de vida no Brasil teve relação com a diminuição das taxas de fecundidade e mortalidade, desse modo, observou-se a longevidade da população, mudando o cenário demográfico do país. O mesmo autor refere que a implementação de políticas públicas de saúde avançou com descobertas da medicina capazes de curar doenças infecciosas, levando ao prolongamento da vida da população. Nota-se que diferentes fatores influenciaram na mudança do perfil demográfico do país, em especial, as melhores condições de saúde, tanto na prestação de serviços, quanto no foco preventivo de doenças e agravos, possibilitando um prolongamento da vida.

Torres *et al.* (2020), explicam que o envelhecimento traz consigo uma série de enfermidades, principalmente doenças crônicas que permanecem até o fim da vida. Entretanto, ainda que o envelhecimento gere alterações biológicas e funcionais, os idosos buscam manter sua autonomia para se preservar sadios e atuantes em sociedade afim de evitar situações comuns como isolamento, violência, negligência e discriminações. O idoso é capaz de dirigir sua vida até que haja um considerável declínio funcional que o torne dependente de cuidados para atividades de vida diária (ALMEIDA, 2021). A diminuição da capacidade funcional e as limitações físicas e cognitivas relacionadas ao envelhecimento são indiscutíveis, contudo, instigar a aplicação de políticas públicas e programas para o envelhecimento ativo e saudável podem preservar a autonomia, independência e bem-estar desse público.

De acordo com Souza (2022), a saúde está relacionada a melhor qualidade de vida do indivíduo, levando em consideração seu bem-estar físico e mental. Pinheiro e Areosa (2018), também colocam que a qualidade de vida dos idosos deve ser priorizada por meio de ações de promoção a saúde que incentivam a autonomia, independência e convivência com a sociedade. Nesse contexto, a atenção primária em saúde destaca-se como fundamental para a promoção a saúde do idoso, prevenção de doenças e atenção ao cuidado (TORRES *et al.*, 2020). Nessa conjuntura, a atenção primária direcionada a terceira idade desenvolvem educação em saúde e participação social através de atividades comunitárias que instigam o

autocuidado e envelhecimento ativo (TRINTINAGLIA; BONAMIGO; AZAMBUJA, 2021).

Torres *et al.* (2020), citam como um desafio permanente a monitorização e avaliação do alcance das políticas públicas. O Estado tem a responsabilidade de desenvolver e aprimorar as políticas já existentes para garantir os direitos das pessoas idosas e melhorar sua qualidade de vida, incentivando a autonomia e independência, visto que, apesar das mudanças físicas que ocorrem no envelhecimento o mesmo permanece ativo e com capacidades funcionais, salvo aqueles portadores de alguma patologia que gere limitações, entretanto, apesar do Estado formular e implementar essas políticas, cabe a sociedade manter o idoso como ser contribuinte da sociedade e preservar seu desenvolvimento social. Somente a legislação brasileira não é capaz de assegurar a efetividade de todos os direitos, a sociedade deve se atentar a formulação, implementação e avaliação das políticas (PINHEIRO; AREOSA, 2018).

É importante analisar que o envelhecimento saudável recebe influência de fatores socioeconômicos, por isso, é importante analisar as políticas dentro das diferentes realidades do país, considerando as comunidades mais vulneráveis (ROCHA, 2019). Ainda que as políticas públicas visem a integralidade no cuidado, observa-se que, indivíduos com menor poder aquisitivo não recebem todos os direitos que lhes são assegurados, tendo como desafio analisar todas as regiões do país e a efetividade das políticas públicas de cada uma delas.

Rocha (2019), menciona que o Estado deve avaliar as diferenças socioeconômicas dos idosos para atender as demandas de forma eficaz na promoção a saúde, ressaltando investimento também em jovens e adultos, tendo em vista que refletem na maneira de envelhecer. Sob o mesmo ponto de vista, Souza *et al.* (2021), declara que a avaliação e readequação das políticas públicas são indispensáveis, tendo em vista que a sociedade passa por diversas mudanças, logo, para que suas medidas se tornem satisfatórias é preciso que haja um acompanhamento. Assim, verifica-se que o estilo de vida adotado ao longo dos anos pode impactar de forma positiva ou negativa no processo de envelhecimento, sendo assim, em concordância com os autores, é viável investir na população jovem/adulto, buscando manter qualidade de vida até a velhice.

Desde a constituição de 1988 as políticas públicas direcionadas aos idosos tiveram avanços significativos, melhorando cada vez mais as leis e diretrizes que garantem seus direitos a saúde, como também a moradia, lazer, entre outros. A criação do SUS através da Lei Orgânica de saúde Nº 8.080/90 o direito universal a saúde foi conquistada pela sociedade, permitindo que todos tivessem acesso de qualidade a serviços de saúde, com integralidade e equidade, assim, os idosos também se beneficiaram ao serem amparados pelo Estado, pela família e pela sociedade quanto a garantia de direito à vida, a saúde, a dignidade e bem-estar (TORRES *et al.*, 2020). O desenvolvimento das políticas públicas de saúde para os idosos teve uma longa trajetória, porém, com importantes marcos políticos e sociais, as formulações de diretrizes para assegurar os direitos a essa população foram essenciais para efetivação das políticas e consequentemente para promoção de saúde e melhor qualidade de vida possível.

Outro registro importante citado por Rocha (2019), foi a Política Nacional do Idoso, promulgada em 1994 assegura os direitos sociais, a autonomia e a participação social, já a Política Nacional da Saúde do Idoso (PNSI), de 1999 Nº 1.395/GM refere-se ao atendimento de qualidade aos idosos, com uso de recursos técnicos, materiais e humanos. De acordo com Torres *et al.* (2020), a PNSI considerava que o principal problema do idoso era a perda de sua capacidade funcional, no qual limitava-o de realizar AVD e atividades instrumentais, ou seja, vestir-se, banhar-se, alimentar-se, etc.

Para Almeida (2021), o Estatuto do Idoso foi outra conquista relevante, garante direitos sociais ao indivíduo com 60 anos ou mais, visando preservar a saúde física e mental, reconhecendo obrigações da família, da sociedade e do Estado assegurar direitos como educação, alimentação, cultura, lazer, saúde, trabalho, esporte, cidadania, convivência familiar e em sociedade. Houve um aprimoramento das políticas públicas ao longo do tempo, essas alterações foram benéficas por proporcionarem mais direitos a população idosa, ainda que tenha ocorrido de forma lenta e gradual.

Souza *et al.* (2021), em seu estudo observou que apesar dos avanços das políticas, estatutos e programas para pessoas idosas a sua implementação ainda encontra barreiras, isso se deve à falta de conhecimento dos profissionais de saúde quanto aos direitos dos idosos, sem considerar que os idosos apresentam um perfil

heterogêneo e necessidades específicas, tenho como consequência atendimentos insatisfatórios.

A integralidade no cuidado ainda é um desafio a ser enfrentado, portanto, ações intersetoriais são viáveis para consolidação das políticas públicas, conforme declara Torres *et al.* (2020). Relacionado a essa ideia, Almeida (2021), expõe que essa consolidação deve ocorrer pela necessidade de assistência e atendimento a uma população que cresce demasiadamente. No cenário atual os idosos estão chegando aos 100 anos de idade e até mais, mudando o conceito de que a velhice torna o idoso dependente para uma concepção de pessoa ativa, apesar de que em determinados momentos haverá uma fragilidade e vulnerabilidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O envelhecimento populacional foi uma grande conquista do século XXI, a sociedade que antes tinha uma população majoritariamente jovem passou por uma transição demográfica levando ao aumento do número de idosos. Considera-se tal fato um progresso de diversos países, visto que, o processo de envelhecimento ocorreu devido a melhores condições de saúde, saneamento básico, avanço na tecnologia, diminuição da natalidade, redução das taxas de mortalidade, melhores condições educacionais e econômicas. Entretanto, na terceira idade ocorre uma atenuação da capacidade funcional que reflete na realização de atividades de vida diária, sendo essencial a implementação de políticas públicas para promover qualidade de vida através da autonomia, independência e prevenção de doenças.

Observa-se que o envelhecimento demanda de mais atenção da sociedade e do Estado, mais da metade dos indivíduos quando atinge a velhice começa a desenvolver diversas patologias crônicas não transmissíveis, mas, que geram um impacto econômico pela maior demanda de serviços de saúde, internações, medicações e acompanhamento profissional.

Ressaltamos, assim, a relevância da criação das políticas públicas de saúde para a população idosa que garante direitos sociais e de saúde, repercutindo no envelhecimento ativo, saudável e com participação social. Desse modo, a criação do SUS, da política nacional de saúde, política nacional de saúde do idoso e o estatuto

do idoso foram primordiais para atender as necessidades deste grupo quanto a promoção a saúde e melhora na qualidade de vida.

A atenção primária a saúde do idoso desenvolvida através de ações de promoção a saúde, entre muitas de suas vantagens, destaca-se pelo modelo preventivo de doenças, sendo importante em razão da disparidade socioeconômica da população do país, que reflete na maneira de envelhecer. Além disso, proporciona atenção à saúde física e mental, prestação de cuidados, suporte social e autonomia.

A elaboração das políticas públicas trouxe benefícios para as famílias, a sociedade e para o Estado, manter a independência e autonomia do idoso reflete em menor gasto com serviços de saúde, diminuição dos cuidados familiares, melhora no bem-estar, qualidade de vida, e o mantém ativo em sociedade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Luciane Pinho de. **A importância de políticas públicas voltadas para a população da terceira idade no Brasil::** discutindo as tensões e potencialidades do século xxi. discutindo as tensões e potencialidades do século XXI. 2021. <https://www.unilim.fr/trahs/3771&file=1>. Acesso em: 10 maio 2023.

ASSIS, Mônica de. **ENVELHECIMENTO ATIVO E PROMOÇÃO DA SAÚDE:** reflexão para as ações educativas com idosos. 2005. <https://www.ufjf.br/nates/files/2009/12/Envelhecimento.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2023.

BRASIL, Centro Internacional de Longevidade. **ENVELHECIMENTO ATIVO:** um marco político em resposta à revolução da longevidade. 2015. https://prceu.usp.br/usp60/wp-content/uploads/2017/07/Envelhecimento-Ativo-Um-Marco-Politico-ILC-Brasil_web.pdf. Acesso em: 05 mar. 2023.

BRASIL. **ESTATUTO DO IDOSO.** 2013. https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/estatuto_idoso_3edicao.pdf. Acesso em: 12 maio 2023.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. . **PORTARIA Nº 2.528 DE 19 DE OUTUBRO DE 2006.** 2006. https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt2528_19_10_2006.html. Acesso em: 01 fev. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate À Fome. **POLÍTICA NACIONAL DO IDOSO.** 2010.

https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/politica_idoso.pdf. Acesso em: 15 maio 2023.

CASTRO, Ana Paula Ribeiro de *et al.* **Promoção da saúde da pessoa idosa: ações realizadas na atenção primária à saúde.** 2018.
<https://www.scielo.br/j/rbagg/a/tgCYh3yNmnhVkJ7j6864xrTH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 04 mar. 2023.

FERNANDES, Maria Teresinha de Oliveira; SOARES, Sônia Maria. **O desenvolvimento de políticas públicas de atenção ao idoso no Brasil.** 2012.
<https://www.scielo.br/j/reeusp/a/6DXDrLCthSrj5r9V7KHm5Nq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 abr. 2023.

FERREIRA, Olívia Galvão Lucena *et al.* **Envelhecimento ativo e sua relação com a independência funcional.** 2012.:
<https://www.scielo.br/j/tce/a/fMTQ8Hnb98YncD6cC7TTg9d/?lang=pt>. Acesso em: 05 mar. 2023.

JARDIM, Viviane Cristina Fonseca da Silva; MEDEIROS, Bartolomeu Figueiroa de; BRITO, Ana Maria de. **UM OLHAR SOBRE O PROCESSO DO ENVELHECIMENTO::** a percepção de idosos sobre a velhice. a percepção de idosos sobre a velhice. 2006.:
<https://www.scielo.br/j/rbagg/a/tzGHq3mphTxJ5jtvX5pRM6z/?lang=pt>. Acesso em: 08 mar. 2023.

JUCHEM, J. A. S., Daltroso, C. R., & Carniel, C. A. (2016). **OBSERVAÇÃO SOBRE SENESCÊNCIA E SENILIDADE EM INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA.** *Salão Do Conhecimento*, 2(2).
<https://www.publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/salaconhecimento/article/view/6520>. Acesso em: 08 mar. 2023.

LOUVISON, Marília Cristina Prado; BARROS, Sonia. **Políticas públicas e envelhecimento::** a construção de uma política de direitos e os desafios da atenção integral à saúde da pessoa idosa no sus. a construção de uma política de direitos e os desafios da atenção integral à saúde da pessoa idosa no SUS. 2009.
<https://docs.bvsalud.org/biblioref/2020/01/1048644/bis-n47-envelhecimento-e-saude-9-15.pdf>. Acesso em: 20 maio 2023.

MIRANDA, Gabriella Moraes Duarte; MENDES, Antonio da Cruz Gouveia; SILVA, Ana Lucia Andrade da. **O envelhecimento populacional brasileiro: desafios e consequências sociais atuais e futuras.** 2016.
<https://www.scielo.br/j/rbagg/a/MT7nmJPPRt9W8vndq8dpzDP/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 07 mar. 2023.

PINHEIRO, Osvaldo Daniel dos; AREOSA, Silvia Virginia Coutinho. **A IMPORTÂNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA IDOSOS.** 2018.
<https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/baru/article/view/6724>. Acesso em: 10 maio 2023.

ROCHA, Georgia Barreira Fernandes da. **A importância das condições socioeconômicas na elaboração de políticas públicas voltadas à saúde do idoso**. 2019.

<https://revistalongeviver.com.br/index.php/revistaportal/article/view/788/843>. Acesso em: 14 maio 2023.

SILVA, Joyce Lane Braz Virgolino da; QUEIROZ, Ronaldo Bezerra de. **GUIA DE PROMOÇÃO DA SAÚDE PARA PESSOA IDOSA**. 2018.

<https://www.ufpb.br/ipe/contents/menu/produtos-do-mestrado-em-gerontologia/guia-de-promocao-da-saude-para-pessoa-idosa.pdf/view>. Acesso em: 05 mar. 2023.

SILVA, Nádia L. *et al.* **Exercício físico e envelhecimento::benefícios à saúde e características de programas desenvolvidos pelo LABSAU/IEFD/UERJ**. 2014.

https://bjhbs.hupe.uerj.br/WebRoot/pdf/475_pt.pdf. Acesso em: 02 mar. 2023.

SOUZA, Jeane Azevedo de. **IMPACTOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE PARA OS IDOSOS NO BRASIL**. 2022.

<https://revistafesa.com/index.php/fesa/article/view/163/148>. Acesso em: 21 abr. 2023.

SOUZA, Vitória Meireles Felipe de *et al.* **Políticas Públicas para a Saúde do Idoso no Brasil:: revisão integrativa**. Revisão Integrativa. 2021.

<https://app.uff.br/riuff/handle/1/25708>. Acesso em: 18 maio 2023.

TORRES, Kellem Raquel Brandão de Oliveira *et al.* **Evolução das políticas públicas para a saúde do idoso no contexto do Sistema Único de Saúde**. 2020.

<https://www.scielo.br/j/physis/a/XqzFgPPbgmsKyJxFPBWgB3K/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05 maio 2023.

TRINTINAGLIA, Vanessa; BONAMIGO, Andrea Wander; AZAMBUJA, Marcelo Schenk de. **Políticas Públicas de Saúde para o Envelhecimento Saudável na América Latina:: uma revisão integrativa**. uma revisão integrativa. 2021.

<https://ojs.unifor.br/RBPS/article/view/11762/6763>. Acesso em: 14 maio 2023.

TOLDRÁ, Rosé Colom *et al.* **Promoção da saúde e da qualidade de vida com idosos por meio de práticas corporais**. 2014.

https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/artigos/mundo_saude/promocao_saude_qualidade_vida_idosos.pdf. Acesso em: 01 mar. 2023.

VERAS, Renato Peixoto; OLIVEIRA, Martha. **Envelhecer no Brasil: a construção de um modelo de cuidado**. 2018.

<https://www.scielo.org/article/csc/2018.v23n6/1929-1936>. Acesso em: 07 mar. 2023.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **ENVELHECIMENTO ATIVO: uma política de saúde**. 2005. https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/envelhecimento_ativo.pdf. Acesso em: 02 mar. 2023.